



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano X - Nº 2336 Quinta-feira 30 de Setembro de 2010.

Poder Executivo

Lei

LEI Nº 6.507, DE 23 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre alterar o artigo 50, II, da Lei nº 4.614, de 25 de agosto de 2005, que versa sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Rondonópolis-MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado o artigo 50, II, da Lei nº 4.614, de 25 de agosto de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 50 (...)

I - ...

II - caberá do mesmo modo, aos setores mencionados, recolher ao IMPRO ou a estabelecimentos de crédito indicados, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, a importância arrecadada na forma do item anterior, juntamente com as contribuições previstas no inciso IV do art. 4º, conforme o caso.

(...)"

Art. 2º Os demais artigos contidos na Lei nº 4.614, de 25 de agosto de 2010 e demais alterações, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 23 de setembro de 2010; 95º da Fundação e
56º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA
Secretário Municipal de Governo

LEI Nº 6.508, DE 23 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre o parcelamento de débitos correspondente a valores relativos a acréscimos legais, parte patronal, não repassados ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Rondonópolis - IMPRO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento dos débitos correspondentes a valores relativos a acréscimos legais, parte patronal, não repassados ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Rondonópolis - IMPRO, por ocasião do recolhimento das contribuições efetuadas em atraso nos exercícios de 2001 a 2009.

Art. 2º O valor original e atualizado da dívida mencionada no artigo anterior corresponde ao montante de R\$221.244,18 (duzentos e vinte e um mil, duzentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos), a ser pago em 15 (quinze) parcelas mensais e sucessivas, acrescidas dos juros e atualizações mencionadas no art. 3º.

Art. 3º As parcelas vincendas e vencidas serão atualizadas pelo IPCA acrescido de juros legais de 6% (seis por cento) ao ano, acumulados desde a data da assinatura do respectivo termo de acordo de parcelamento até o mês do efetivo pagamento.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 23 de setembro de 2010; 95º da Fundação
e 56º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA
Secretário Municipal de Governo

Expediente

PREFEITO MUNICIPAL _____ JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAUJO
Vice-Prefeita _____ Marília Salles
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social _____ Neuma de Moraes
Secretaria Municipal de Administração _____ Gerson Araujo de Oliveira
Secretaria Municipal de Agricultura e Pec. _____ Valdir Correa
Secretaria Municipal de Desenv. Econ. _____ Valdemir Castilho Soares
Secretaria Municipal de Educação _____ Marilda Soares Rufino
Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer _____ Susan Meire Moretti Binha
Secretaria Municipal de Finanças _____ Adão Nunes
Secretaria Municipal de Governo _____ Milton Gomes da Costa
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo _____ Ronaldo Sedy Iticava Uramoto
Secretaria Municipal de Meio Ambiente _____ Lindomar Alves da Silva
Secretaria Municipal de Planejamento _____ Antonio Augusto Miranda
Secretaria Municipal de Receita _____ Regina Celi Marques Ribeiro
Secretaria Municipal de Saúde _____ Valdecir Feltrin
Secretaria Municipal Transporte, Transito e Desenv. Urbano _____ Rodrigo Lugli
Procuradoria Geral do Município _____ Efraim Alves dos Santos
CODER Cia Desenvolvimento Rondonopolis _____ Darci Lovato
Diário Oficial do Município _____ Anna Clara Quintana
IMPRO _____ Josemar Ramiro e Silva
SANEAR _____ Terezinha Silva Souza
ServSaúde _____ Vilmondes Aprigio da Silva Luz

DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 411-5285
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: Milton Gomes da Costa
Diário Oficial: Anna Clara Quintana
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon

Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio)	R\$160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65		
Assinatura Semestral retirada no balcão	R\$ 50,00	Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros: por centímetro linear de coluna	R\$ 1,20

DECRETO Nº 6.027, DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre inclusão, exclusão e alteração de dados de contribuintes substitutos na relação contida nos respectivos Decretos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Art. 1º Ficam incluídas, na relação de contribuintes substitutos do art. 1º, do Decreto 3254, de 05.01.2001, as empresas a seguir relacionadas:

BANCO DO BRASIL S/A	CNPJ: 00.000.000/6182-41 CMC: 23.633-08
BRASCOR BRASIL CORRETORA ADM SEGUROS LTDA	CNPJ: 01.561.318/0001-04 CMC: 9329-05
CASA BAHIA COMERCIAL LTDA	CNPJ: 592.915.340.847-51 CMC: 23.125-04
CATXERE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A	CNPJ: 10.542.732/0002-48 CMC: 22.564-01
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO SUL MT	CNPJ: 26.549.311/0001-06 CMC: 4204-01
DEFEND PRODUTOS E SERVIÇOS AGROPE- CUÁRIOS LTDA	CNPJ: 00.734.929/0001-44 CMC: 9354-03
DEFEND PRODUTOS E SERVIÇOS AGROPE- CUÁRIOS LTDA	CNPJ: 00.734.929/0003-06 CMC: 22.667-05
DOM GABRIEL ACABAMENTOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	CNPJ: 06.111.493/0001-13 CMC: 19.459-01

Art. 3º Fica alterada a razão social do contribuinte Substituto Tributário nomeado através do Decreto nº 4.683, de 10/08/2007:

MULTIGRAOS COM. IMP. EXP. E AGROP. LTDA	CNPJ: 05.790.722/0001-00 CMC: 15.286-04
---	--

Art. 4º Permanecem em vigor e inalterados os demais dispositivos contidos nos Decretos de números 3.140/00, 3254/01, 3372/01, 3631/03, 3753/03, 3859/04, 3876/04, 3977/05, 3999/05, 4007/05, 4031/05, 4104/05, 4217/06, 4251/06, 4409/06, 4424/06, 4473/06, 4511/07, 4521/07, 4539/07, 4581/07, 4596/07, 4644/07, 4683/07, 4744/07, 4787/07, 4871/08, 4872/08, 4873/08, 4900/08, 4987/08, 5059/08, 5233/08, 5327/08, 5395/09, 5461/09, 5596/09, 5704/09, 5756/2010, 5811/10, 5881/10 e 5948/10.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 21 de setembro de 2010; 95º da Fundação e
56º da Emancipação Política.

JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado
no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA
Secretário Municipal de Governo

REGINA CELI MARQUES RIBEIRO
Secretária Municipal da Receita

PORTARIA Nº 11.764, DE 27 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, do Sr. ADILSON MIKUSKA do cargo em comissão de Auditor Público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o Sr. ADILSON MIKUSKA do cargo em comissão de Auditor Público / Unidade Central de Controle Interno – UCCI - Secretaria Municipal de Governo, nomeado pela Portaria nº 10.562 de 26 de março de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/09/2010.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 27 de setembro de 2010; 95º da Fundação
e 56º da Emancipação Política.

JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 11.765, DE 27 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, do Sr. ADILSON MIKUSKA do cargo de Contador, aprovado em Concurso Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o Servidor ADILSON MIKUSKA - Matrícula nº 135.755, do cargo de Contador, Referência A, Nível VIII, aprovado em Concurso Público nomeado pela Portaria nº 7.394 de 12 de maio de 2005, nos termos da Lei 1.752/90, art. 35, VI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/09/2010.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 27 de setembro de 2010; 95º da Fundação
e 56º da Emancipação Política.

JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES DE RONDONÓPOLIS-MT

IMPRO

PORTARIA N° 730/2010, DE 29 DE SETEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA, Diretor Executivo - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis - IMPRO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Municipal n° 4.614, de 25/08/2005, publicada no Diário Oficial de Rondonópolis - DIORONDON aos 31/08/2005.

RESOLVE:

Artigo 1° - Conceder o benefício de Auxílio-Doença, aos servidores abaixo relacionados, com os direitos a eles inerentes:

Processo	Nome/Secretaria	Matrícula	Período	Situação
727/2010	Elaine da Hungria Andrade - Auxiliar de Serviços Diversos - Secretaria de Educação.	161578-1	21/09/10 20/10/10	Prorrogação
741/2010	Janete André Gomes - Auxiliar de Serviços Diversos - Secretaria de Educação	17744-1	22/09/10 26/09/10	Prorrogação

Artigo 2° - Estabelecer, de acordo com artigo 17, parágrafo 2º; artigo 18, parágrafos 1º, 2º, 3º; artigo 19; artigo 20; artigo 21; artigo 36, parágrafo único e artigo 53 da Lei Municipal n° 4.614, de 25 de agosto de 2005 e Laudos Médicos Periciais;

Artigo 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos aos respectivos inícios dos períodos de abrangências especificados no quadro demonstrativo acima, revogando-se as disposições em contrário;

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Rondonópolis (MT), 29 de setembro de 2010.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA
Diretor Executivo

Edson Wander Pina da Silva
Gerente de Benefícios Previdenciários

Lindinalva Alves da Silva
Gerente de Administração e Finanças

Registrada neste Instituto e publicada por afiação no lugar público de costume e no Diário Oficial do Município, na data supra

Licitação

**TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 086/2010
DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Senhor: **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente **nos termos do art. 24, incisos I, II e IV e art. 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1.993**, atualizadas pelas Leis n.ºs 8.883/94 e 9.648/98, **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 086/2010**, com fulcro no **Parecer Jurídico n.º 660/2010**, emitido pelo **DR. EFRAIM ALVES DOS SANTOS**, Procurador Geral do Município e pela **DR.ª Tânia Regina nanes da Silva**, Procuradora do Município, a favor da empresa: **MONTEIRO INDÚSTRIA DE BOBINAS E ETIQUETAS LTDA**, situada na Avenida Beira Rio, n.º 680, Lote 20, Quadra 01, Jardim Califórnia, Cuiabá-MT, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 11.091.785/0001-71.

OBJETO: Aquisição de 500 rolos de bobinas de etiquetas, para atender as necessidades do Núcleo de Protocolo da Secretaria Municipal de Administração.

VALOR TOTAL DA DISPENSA: R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município - DIORONDON** e no **jornal de circulação local "A TRIBUNA"**, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 27 de setembro de 2010.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

DE ACORDO: **EFRAIM ALVES DOS SANTOS**
Procurador Geral do Município

**TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 087/2010
DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Senhor: **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente **nos termos do art. 24, inciso X e art. 26, Parágrafo Único, incisos I, II, III e IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1.993**, atualizadas pelas Leis n.ºs 8.883/94 e 9.648/98 e Lei Municipal n.º 6.456/2010, de 19/08/2010 e Lei Municipal 6.501, de 17/09/2010, **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 087/2010**, com fulcro no **Parecer Jurídico n.º 661/2010**, emitido pelo **DR. EFRAIM ALVES DOS SANTOS**, Procurador Geral do Município e pela **Dr.ª MARINELLY DE ARAÚJO VIEGAS ORLATO** Procuradora do Município, a favor do Sr. **Ivanisio Bispo de Oliveira**, pessoa física de direito privado, residente na Rua Renato P. Santos, Bairro: N.H São José II, Rondonópolis - MT, inscrito no CPF/MF sob o n.º **240.873.431-20**.

OBJETO: Locação de imóvel para instalação do PSF Jardim Itapuã, situado na Rua Otávio Pitaluga, n.º 192, Bairro: Vila Iraci, pelo período de **06 (seis) meses**.

VALOR TOTAL DA DISPENSA: R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial do Município - DIORONDON**, no **Jornal "A GAZETA"** e no **jornal de circulação local "A TRIBUNA"**, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 29 de setembro de 2010.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

DE ACORDO: **EFRAIM ALVES DOS SANTOS**
Procurador Geral do Município

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES DE RONDONÓPOLIS-MT

IMPRO

PORTARIA N° 731/2010, DE 29 DE SETEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO SALÁRIO-MATERNIDADE.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA, Diretor Executivo - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis - IMPRO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Municipal n° 4.614 de 25/08/2005, publicada no Diário Oficial de Rondonópolis - DIORONDON aos 31/08/2005.

RESOLVE:

Artigo 1° - Conceder o benefício de salário-maternidade, a servidora abaixo relacionada, com os direitos a ele inerentes:

Processo	Nome/Secretaria	Matrícula	Período	Termo
750/2010	Dirlei Pereira Neves - Secretaria Municipal de Educação - Docente da Educação Infantil.	13790-1	27/09/10 24/01/11	Inicial

Artigo 2° - Estabelecer, de acordo com artigo 3º; artigo 28, parágrafo 4º; artigo 29; parágrafos 1º a 4º; artigo 36, parágrafo único da Lei Municipal n° 4.614 de 25 de agosto de 2005 e Laudos Médicos Periciais;

Artigo 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao respectivo início dos períodos de abrangências especificados no quadro demonstrativo acima, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Rondonópolis (MT), 29 de setembro de 2010

JOSEMAR RAMIRO E SILVA
Diretor Executivo

Edson Wander Pina da Silva
Gerente de Benefícios Previdenciários

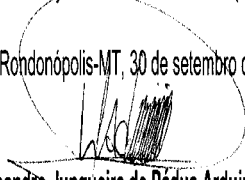
Lindinalva Alves da Silva
Gerente de Administração e Finanças

Registrada neste Instituto e publicada por afiação no lugar público de costume e no Diário Oficial do Município, na data supra

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA TOMADA DE PREÇO Nº 14/2010

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 526, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados, através da Comissão Permanente de Licitação, que a Tomada de Preço n. 14/2010, cujo objeto é a **"REFORMA DO PAÇO MUNICIPAL, LOCALIZADO NA AV. DUQUE DE CAXIAS Nº 526, BAIRRO VILA AURORA, MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS"**, foi adiada a data da abertura dos envelopes nº 1 e 2 para o dia **15/10/2010, às 14:00 horas**, na sala de licitações desta Prefeitura, localizada a Av. Duque de Caxias, 526, Vila Aurora. Por motivo de não haver interessado até a data da abertura das propostas e alterações editalícias, podendo os interessados retirarem o novo edital nas dependências da Prefeitura Municipal de Rondonópolis no endereço acima mencionado. As informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação através do telefone (66) 3411-5739/5740, das 13:00 às 18:00 horas.

Rondonópolis-MT, 30 de setembro de 2010.


Leandro Junqueira de Pádua Arduini
 Presidente da Comissão Permanente de Licitação

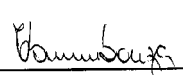


Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis

RELACÃO DE CONTRATOS FIRMADOS EM AGOSTO/2010

CONTRATO	CONTRATADO	OBJETO	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	PRAZO	VALOR
55/2010	PSI ENGENHARIA S/S LTDA	Contratação de empresa especializada para execução de serviços hidrométricos no curso d'água do rio vermelho e elaboração de projetos de diagnóstico da captação de água bruta do sistema de abastecimento de água de Rondonópolis-MT.	09/08/2010	09/08/2010 À 08/09/2010	50.000,00 (Global)
56/2010	PAULO CESAR MUNHOZ DE OLIVEIRA.	Contrato de serviços para elaboração de projetos básicos para sistema de saneamento e abastecimento de água no município de Rondonópolis.	25/08/2010	25/08/2010 À 24/02/2011	128.152,00 (Global)

Rondonópolis, 31 de agosto 2010


Terezinha Silva de Souza
 Diretora Geral


Antonieta Garcete de Almeida
 Diretora Administrativa e Financeira


Edenisia Ferreira Harada
 Contadora- CRC-MT 007013/O-3

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO.
PREGÃO PRESENCIAL N.º 66/2010.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 526, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT., através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, realizará a **licitação em epígrafe às 08:30 horas do dia 22 de outubro de 2010**, na sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, a **abertura dos envelopes n.ºs 01 e 02, contendo: proposta comercial e documentos de habilitação**, respectivamente, para o seguinte objeto: **Contratação de empresa especializada para realizar os serviços de monitoramento e vigilância eletrônica para prevenção contra roubos e demais ações que venham a dilapidar o patrimônio público, nas unidades que compõem as Secretarias deste município, pelo período inicial de 12 meses, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - Itens do Pregão, Formulário Padrão da PMR. Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico www.rondonopolis.mt.gov.br opção: Licitação, ou no endereço acima citado, horário das 13:00 às 18:00 horas, telefone para contato (66) 3411-5736, Departamento de Compras/Licitação.**

Rondonópolis-MT., 30 de setembro de 2010.


Adriana Portela de Oliveira
 Pregoeira

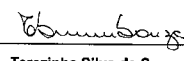


Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis

RELACÃO DE ADITIVOS FIRMADOS EM AGOSTO/2010

CONTRATO	CONTRATADO	OBJETO	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	PRAZO	VALOR
Segundo Termo de Aditivo do Contrato Nº. 014/2010	PAULO CESAR MUNHOZ DE OLIVEIRA	Serviços de elaboração de projetos complementares para obra de duplicação da estação de tratamento de água (eta2), elaboração de projeto de monitoramento, elaboração do projeto de detalhamento do tratamento químico e elaboração de projeto para o tratamento do cloro gás.	02/08/2010	05/08/2010 À 04/10/2010	ADITIVO DE PRAZO
Primeiro Termo de Aditivo do Contrato Nº. 04/2010	TECMAX ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP	Contrato sob o regime de empreitada por preço global para realização de serviços de elaboração de projeto e execução de obra de montagem dos postos de transformação de energia, quadro de comando e aterramento de cinco poços artesanais, localizados na cidade de Rondonópolis/MT.	02/08/2010	03/08/2010 À 07/02/2011	ADITIVO DE PRAZO
Primeiro Termo de Aditivo do Contrato Nº. 38/2010	LUCIANO FEITOSA DE PAULA ME	Aquisição de serviços especializados para elaboração de projeto de prevenção, combate a incêndio e pânico, para o prédio do sanear no bairro Monte Líbano e da Estação de Tratamento de Água - ETA, situada na Av. Lions Internacional.	04/08/2010	07/08/2010 À 05/10/2010	ADITIVO DE PRAZO
Quarto Termo de Aditivo do Contrato Nº. 51/2007.	ENSERCON ENGENHARIA LTDA	Contrato de Execução de obras para substituição da rede de fibra óptica, da região central, com fornecimento de materiais especificados na planilha orçamentária, no município de Rondonópolis/MT.	09/08/2010	12/08/2010 À 11/05/2011	ADITIVO DE PRAZO
Primeiro Termo de Aditivo do Contrato Nº. 37/2010	TECMAX ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA-EPP	Fornecimento de materiais, equipamentos e execução dos serviços de instalações elétricas/ lógica (dados e voz), a serem realizados nas dependências do setor operacional - Monte Líbano, com fornecimento dos materiais necessários.	04/08/2010	04/08/2010 À 27/08/2010	ADITIVO DE VALOR (39.882,87 Global)
Quarto Aditivo do Contrato Nº. 044/2008	SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA	Aquisição de materiais hidráulicos para ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Rondonópolis, com recursos do Programa Saneamento para Todos e Programa de Aceleração do Crescimento.	16/08/2010	16/08/2010 À 16/09/2011	ADITIVO DE VALOR (257.558,49 Global)

Rondonópolis, 31 de agosto 2010


Terezinha Silva de Souza
 Diretora Geral


Antonieta Garcete de Almeida
 Diretora Administrativa e Financeira


Edenisia Ferreira Harada
 Contadora- CRC-MT 007013/O-3



Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis

RELAÇÃO DE ADITIVOS FIRMADOS EM AGOSTO/2010

CONTRATO	CONTRATADO	OBJETO	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	PRAZO	VALOR
Segundo Termo de Aditivo do Contrato Nº. 77/2009	GIDEOLI TUBOS, VÁLVULAS E CONEXÕES LTDA - EPP	Aquisição de material hidráulico galvanizado para aplicação em poços artesianos desta autarquia.	16/08/2010	16/08/2010 À 27/12/2010	(ADITIVO DE VALOR) (5.324,20 (global))
Primeiro Termo de Aditivo do Contrato Nº. 46/2008	COOPERATIVA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E MEIO AMBIENTE COOPERATIVA COOPERSANE LTDA	Prestação de Serviços de Mobilização Comunitária para Implantação de Sistemas Condominiais de Esgoto Sanitário e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água com Recursos do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, no Município de Rondonópolis.	20/08/2010	25/08/2010 À 24/08/2011	ADITIVO DE PRAZO
Segundo Termo de Aditivo do Contrato Nº. 37/2010	TECMAX ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP	Fornecimento de materiais, equipamentos e execução dos serviços de instalações elétricas/lógica (dados e voz), a serem realizados nas dependências do setor operacional - Monte Líbano, com fornecimento dos materiais necessários.	25/08/2010	28/08/2010 À 26/11/2010	ADITIVO DE PRAZO
Primeiro Termo de Aditivo do Contrato Nº. 51/2009	POSTO RIO BRANCO LTDA	Aquisição de combustíveis para manutenção do setor operacional e comercial desta autarquia.	27/08/2010	01/09/2010 À 31/08/2011	ADITIVO DE PRAZO
Primeiro Termo de Aditivo do Contrato Nº. 52/2008	PARATI LUBRIFICANTES E FERRAMENTAS LTDA - EPP	Aquisição de óleos lubrificantes e fluido para freio-frasco com 500ml para manutenção do setor operacional e comercial desta autarquia.	27/08/2010	01/09/2010 À 31/08/2011	ADITIVO DE PRAZO
Primeiro Termo de Aditivo do Contrato Nº. 54/2009	SOVEREIGN COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA	Aquisição de reagentes para laboratório da Estação de Tratamento de Água- Setor Operacional desta autarquia.	27/08/2010	01/09/2010 À 31/08/2011	ADITIVO DE PRAZO

Rondonópolis, 31 de agosto 2010

Terezinha Silva de Souza
Diretora Geral

Antonieta Garcete de Almeida
Diretora Administrativa e Financeira

Edenisia Ferreira Harada
Contadora- CRC-MT 007013/O-3

Betha Sistemas

Exercício de 2010

4º bimestre

ESTADO DE MATO GROSSO**SANEAR-SERVICO DE SANEAMENTO AMB. DE RONDONOPOLIS**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Indireta - SANEAR-SERVICO DE SANEAMENTO AMB. DE RONDONOPOLIS

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 06/2010	Bimestre Jul/Ago/2010	Total até Ago/2010
RECEITAS				
RECEITA TRIBUTARIA	7.300,00	2.989,74	1.831,80	4.821,54
RECEITA PATRIMONIAL	113.000,00	182.843,07	20.519,70	203.162,77
RECEITA DE SERVIÇOS	28.754.700,00	9.380.789,75	3.947.624,11	13.528.413,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	815.000,00	1.678.774,58	149.444,12	1.828.218,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	63.300.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA :	93.000.000,00	11.245.197,14	4.119.419,73	15.364.616,87
DESPESAS				
Entidade: SANEAR-SERVICO DE SANEAMENTO AMB. DE RONDONOPOLIS				
SANEAR-SERVICO DE SANEAMENTO AMB. DE RONDO	93.000.000,00	37.015.856,00	12.720.528,84	49.738.364,84
Total da Entidade:	93.000.000,00	37.015.856,00	12.720.528,84	49.738.364,84
TOTAL DA DESPESA :	93.000.000,00	37.015.856,00	12.720.528,84	49.738.364,84

RONDONOPOLIS, 31/08/2010

TEREZINHA SILVA DE SOUZA
Diretora Geral

ANTONIETA GARCETE DE ALMEIDA
Diretora Adm. e Financeira

EDENISIA FERREIRA HARADA
Contadora-CRC-MT 007013/O-3



Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis

RELAÇÃO DE DISTRATO DE ADITIVOS FIRMADOS EM SETEMBRO/2010

CONTRATO	CONTRATADO	OBJETO	DATA DA ASSINATURA DO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL	MOTIVO
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO ADITIVO CONTRATUAL Nº. 40/2009	L. ANTONIO ALVES DE LIMA & CIA LTDA - EPP	Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção no setor operacional desta autarquia.	23/08/2010	Rescisão amigável do contrato nº. 040/2009, referente a Pregão Presencial nº. 010/2009, para aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção setor operacional desta autarquia, por acordo entre as partes.

Rondonópolis, 29 de setembro 2010

Terezinha Silva de Souza
Diretora Geral

Antonieta Garcete de Almeida
Diretora Administrativa e Financeira

Edenisia Ferreira Harada
Contadora- CRC-MT 007013/O-3

Betha Sistemas

Exercício de 2010

4º bimestre

ESTADO DE MATO GROSSO**SANEAR-SERVICO DE SANEAMENTO AMB. DE RONDONOPOLIS**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Indireta - SANEAR-SERVICO DE SANEAMENTO AMB. DE RONDONOPOLIS

Receita	No Bimestre	Despesa	No Bimestre
RECEITAS CORRENTES	4.119.419,73	Administração	300.051,24
RECEITA TRIBUTARIA	1.831,80	Administração Geral	300.051,24
TAXAS	1.831,80	Saneamento Básico	300.051,24
Tx pela Prestação de Serviços	1.831,80	Previdência Social	2.996,00
Outras Taxas de Prestação de Serviços	1.831,80	Previdência do Regime Estatutário	2.996,00
OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.831,80	Saneamento Básico	2.996,00
RECEITA PATRIMONIAL	20.519,70	Saúde	1.565,63
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	20.519,70	Atenção Básica	1.565,63
Remuneração de Depósitos Bancários	20.519,70	Saneamento Básico	1.565,63
REM. DE DEP. DE RECURSOS NÃO VINCULADO:	20.519,70	Trabalho	39.906,55
RECEITA DE REM. DE DEP. DE POUPANÇA	20.519,70	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	39.906,55
RECEITA DE SERVIÇOS	3.947.624,11	Saneamento Básico	39.906,55
Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	2.961.242,53	Saneamento	12.376.009,33
Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	917.223,21	Saneamento Básico Urbano	12.376.009,33
Serv. de Relâmpago de Água	62.539,19	Saneamento Básico	12.376.009,33
Religação	13.676,79		
Ligação	48.562,40		
Outros Serviços	6.619,18		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	148.444,12		
Multas e Juros de Mora	73.294,41		
Multas/Juros de Mora de Outras Rec.	72.915,57		
Outras Multas e Juros de Mora	72.915,57		
Multas de Outras Origens	378,84		
Outras Multas	378,84		
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	76.149,71		
Rec. Div. Ativ. não Tributária	76.149,71		
Rec. Divida Ativa Não Trib. Serv. Água e Esgoto	76.149,71		
Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Ág.	56.672,55		
Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	9.623,29		
Religação	980,00		
Ligação	975,05		
Outros Serviços	7.998,52		
Total Geral da Receita	4.119.419,73	Total Geral da Despesa	12.720.528,84

RONDONOPOLIS, 31/09/2010

TEREZINHA SILVA DE SOUZA
Diretora Geral

ANTONIETA GARCETE DE ALMEIDA
Diretora Adm. e Financeira

EDENISIA FERREIRA HARADA
Contadora-CRC-MT 007013/O-3

Poder Legislativo



ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.471, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.
Dispõe sobre criar a "Semana da Nascente", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a "Semana da Nascente" e a ser comemorada na semana do dia 5 de setembro, anualmente.

Art. 2º - Durante esta semana a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, realizará palestras, limpeza das nascentes do nosso município, divulgação das legislações ambientais, dentre outras atividades com o objetivo de proporcionar uma ampla conscientização da sociedade sobre a prevenção das nascentes.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 4º - A Semana da Nascente deverá constar no Calendário Oficial de Eventos no município de Rondonópolis.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

Olímpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 12/2009 - Ver. Reginaldo S. Santos
Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON



ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.472, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre autorizar o Poder Executivo obrigar a utilização de Lacre inviolável nas embalagens dos alimentos entregues em domicílio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a obrigar a utilização de lacre inviolável em todas as embalagens dos alimentos entregues em domicílio para pronto consumo, tais como pizzas, sanduíches e alimentos de outro gênero.

Art. 2º - Considera-se lacre inviolável o dispositivo que não ser removido, obrigatoriamente, sofra avaria.

Parágrafo único - O lacre inviolável a que se refere este artigo poderá ser adesivo de papel, que para abertura deve ser obrigatoriamente rompido.

Art. 3º - A fiscalização do disposto nesta Lei ficará a cargo do órgão competente do Poder Executivo.

Art. 4º - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de sessenta dias, após sua publicação.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

Olímpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 43/2009 - Ver. Mariuza
Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON



ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.473, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre alterar o Artigo 3º da Lei nº 1.241 de 14 de março de 1.986, no âmbito do município de Rondonópolis-MT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Art. 3º da lei nº 1.241 de 14 de março de 1.986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 3º** - A área a ser doada destinar-se-á especificamente para a Igreja Católica Nossa Senhora do Amparo e a sede da entidade".

Art. 2º - Fica Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

Olímpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 33/2009 - Ver. Adonias Fernandes
Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON



ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.474, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre criar no município de Rondonópolis o Projeto Poesias no Ônibus, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no município de Rondonópolis o projeto cultural "Poesias no Ônibus".

Art. 2º - Esta lei institui a divulgação de poesias através de sua veiculação nos ônibus do transporte coletivo da cidade.

Parágrafo Único - A veiculação deverá considerar padrões técnicos que respeitem as normas que regem o sistema de transporte coletivo municipal.

Art. 3º - A participação no projeto é aberta a todos os cidadãos e cidadãs do município e de forma especial dos estudantes, independente de idade, aos quais será reservado o direito de 70% das poesias escolhidas a cada seleção.

Parágrafo Único - Em sendo as inscrições de estudantes inferior a 50% do total inscrito, desconsidera-se o percentual descrito no caput deste artigo.

Art. 4º - Os autores das poesias selecionadas e veiculadas não serão remunerados, porém, não perderão a autoria da obra.

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer em parceria com o Conselho Municipal de Cultura se responsabilizará pela divulgação deste projeto, definirá datas e receberá a cada dois meses em sua sede as inscrições das obras, das quais selecionará dez, imprimirá em quantidades iguais, dividindo-as proporcionalmente ao número de veículos e, após, as entregará à direção da companhia de transporte coletivo da cidade, a qual se responsabilizará em afixar quatro poesias diferentes em cada ônibus, para a veiculação por um período de dois meses, quando então serão substituídas pelas próximas selecionadas.



ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.476, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a instituição do dia Municipal de Mobilização PRÓ-SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o dia de Mobilização PRÓ-SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA no Município de Rondonópolis, a ser comemorado no dia 27 de outubro de cada ano.

Art. 2º - A data será incluída no calendário oficial de eventos do município.

Art. 3º - O Poder Executivo promoverá eventos alusivos à data, com a participação da coletividade, secretaria de saúde, secretaria de esporte, cultura e lazer e outras que entender necessárias, visando esclarecer a população negra da importância da prevenção e ao tratamento da saúde, mormente no que concerne à anemia falciforme.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

Olimpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 01/2010 - Ver. Mariuva
Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON

Parágrafo Único - Serão selecionadas 10 obras, as quais serão individualmente impressas em folhas de papel A4.

L - Deverá indispensavelmente constar na folha de papel A4, os seguintes dados, obedecendo: Fonte, tamanho e disposição:

a) - "Poesias no Ônibus" (Com letras sublinhadas, tamanho 48, em negrito e centralizadas)
b) - "Conforme Lei Municipal, com o apoio da Secretaria de Esporte Cultura e Lazer, do Conselho Municipal de Cultura e da Empresa de Transporte Coletivo Cidade de Pedra". (Com letras em tamanho 14)

c) - O título da poesia (Com letras em tamanho 28)

d) - A poesia (Com letras em tamanho 22)

e) - O(a) autor(a) (Com letras em tamanho 18)

f) - Se estudante: (Grau - Escola - Turno) (Com letras em tamanho 14);

g) - Se não estudante: (Profissão) (Com letras em tamanho 14)

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer em parceria com o Conselho Municipal de Cultura ficam responsáveis em editar e confeccionar a cada ano, um livro contendo todas as poesias veiculadas no período, sendo que cada autor selecionado deverá sem nenhum ônus, receber pelo menos um exemplar, até no dia 30 de novembro.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei desobrigam-se as atividades do presente projeto nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e julho.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor no prazo de sessenta dias após a sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

Olimpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 01/2010 - Ver. Olimpio Alvis
Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON

Av. Castelândia 434 - Bairro La Salle - Fone: (65) 3321-1111 - CEP: 78600-000



ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.475, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a proibição de disponibilizar as Unidades de Saúdes e PSF para vacinação de Cães e Gatos no Município de Rondonópolis, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Secretaria Municipal de Saúde proibida de disponibilizar as Unidades de Saúde e PSF para destinar este local para a vacinação de Cães e Gatos no município de Rondonópolis.

Art. 2º - Fica Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

Olimpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 06/2009 - Ver. João Gomes
Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON



Câmara Municipal De Rondonópolis



Trabalho e
Cidadania
Linha Diretriz de Desenvolvimento
2008-2012

LEI Nº. 6.477, de 14 de setembro de 2010.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAR O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO ATIVIDADES DE PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

Faz saber que a Câmara Municipal de Rondonópolis aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir na rede pública municipal de ensino, nos níveis de educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental atividades de Psicomotricidade Relacional.

Art. 2º - As atividades de Psicomotricidade Relacional visará:

I - Estimular a capacidade relacional de alunos e professores;

II - Proporcionar um espaço para expressão corporal da criança e do adulto, na manifestação dos impulsos inconsciente que levam à busca do conhecimento, à afirmação da própria identidade e à superação de conflitos normais do desenvolvimento, potencializando o desejo para aprendizagem;

III - trabalhar como uma atividade sistemática e com fins preventivos e profiláticos.

Art. 3º. - A participação do aluno na atividade de Psicomotricidade Relacional dependerá de autorização e concordância dos pais ou responsáveis do participante.

Art. 4º. - O Poder Executivo regulamentará, através de Decreto, a presente Lei.

Art. 5º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
93ª da Fundação e 55ª da Emancipação Política.

Olimpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 05/2010 - Ver. Mariuva V. Chaves
Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON



ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.478, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre autorizar o Poder Executivo Municipal a custear despesas com funcionários públicos nas áreas da saúde que contraírem doenças nos exercícios de suas funções, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU; E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a custear despesas com o tratamento de saúde de funcionários públicos da Secretaria de Saúde que contraírem doenças no exercício de suas funções.

Art. 2º - Tal custeio será para o pagamento de médicos especialistas quando não houver profissional disponível na rede pública; pagamento dos medicamentos receitados, bem como os valores em caso de atendimento fora do município.

Art. 3º - Fica Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94ª da Fundação e 56ª da Emancipação Política.

Olimpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 02/2010 - Ver. João Gomes
Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON



Câmara Municipal De Rondonópolis



Trabalho e
Cidadania
Câmara Municipal de Rondonópolis
Rondonópolis - MT, 78.000-000

LEI Nº. 6.479, de 14 de setembro de 2010.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAR O PODER EXECUTIVO A ESTABELECER PUNIÇÕES POR RESTRIÇÕES AO DIREITO DA MULHER AO EMPREGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

Faz saber que a Câmara Municipal de Rondonópolis aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, por sua Secretaria Municipal de Ação Social, a penalizar as empresas comerciais, industriais, prestadora de serviços, entidades civis, instituições, inclusive associações e profissionais autônomos que restringirem de qualquer forma ou maneira o direito da mulher ao emprego.

Artigo 2º - Considera-se restrição do direito da mulher ao emprego, entre outras, a adoção de medidas e práticas não previstas na legislação pertinente, e especialmente:

- I - discriminação racial, de mulheres casadas, grávidas, ou mães em processos de seleção ou rescisão de contrato de trabalho;
- II - exigência ou solicitação de exames de urina ou sangue para verificar estado de gravidez nos processos de seleção ao emprego ou rescisão de contrato de trabalho;
- III - exigência ou solicitação de comprovação de esterilização para admissão ou permanência no emprego;
- IV - exigência de exame ginecológico periódico, como condição de permanência no emprego;
- V - assédio sexual por parte do empregador ou responsável pelo setor de admissão/demissão; e
- VI - ameaças ou prática de violências físicas ou psicológicas.

Artigo 3º - Sem prejuízo das sanções previstas na legislação superior, a infração do disposto no artigo anterior, implicará na aplicação das seguintes penalidades, assegurados sempre o contraditório e a ampla defesa.

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão temporária da autorização de funcionamento, sem desconto dos salários dos funcionários; e
- IV - cassação do alvará de funcionamento.

Artigo 4º - A multa estabelecida no inciso II do artigo anterior, será de R\$ 50 UFIR, dobrada a cada reincidência.

Parágrafo único - A autoridade administrativa responsável pela aplicação das penalidades especificadas nos incisos do artigo anterior deverá impô-las progressivamente, podendo fazê-lo também cumulativamente.

Artigo 5º - As denúncias de restrições de que trata esta lei deverão ser encaminhadas pela pessoa prejudicada, ou seu representante legal, sempre que possível com testemunhas, à Secretaria Municipal de Ação Social.

Artigo 6º - Para recebimento e análise das denúncias será constituída uma comissão especial, nomeada pelo Chefe do Executivo, integrada por três servidores da Secretaria Municipal de Ação Social.



ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.481, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre autorizar a prefeitura municipal a criar e implantar no município de Rondonópolis, estado de Mato Grosso, a Escola Municipal de Música, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a prefeitura municipal autorizada a criar e implantar no município de Rondonópolis, a Escola Municipal de Música, a qual terá os seguintes objetivos básicos:
I – oferecer cursos de instrumentos musicais e de prática oral;
II – cooperar com a divulgação e democratização da cultura musical regional;
III – musicalizar os jovens do município, com vista à sua socialização e profissionalização;
IV – propiciar o aperfeiçoamento musical dos aprendizes;
V – participar de festividades cívicas, religiosas, populares, recreativas e afins no Município ou em outras localidades;
VI – promover e realizar festivais de músicas.

Art. 2º - A prefeitura municipal implantará e manterá a escola utilizando-se de recursos oriundos das mais diversas fontes, tais como: Orçamento municipal, convênios com estado e união, doações e outros.

Art. 3º - A prefeitura municipal implantará a escola em prédio próprio ou alugado e poderá adquirir instrumentos musicais e demais equipamentos necessários, bem como poderá contratar professores músicos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

Olimpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL Nº 03/2010 – Ver. Olimpio Alvis



ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.482, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre autorizar o Poder Executivo Municipal de Rondonópolis, a instalação de placas de identificação em Braille, para o fácil acesso de deficientes visuais, em pontos e terminais urbanos de ônibus, com número e destino dos mesmos, no âmbito do município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instalação de placas em Braille para o fácil acesso dos deficientes visuais em pontos e terminais urbanos de ônibus em nossa cidade.

Art. 2º - As placas de identificação deverão ser fixadas em local acessível ao toque do deficiente visual.

Art. 3º - Caberá ao Poder Executivo a regulamentação desta Lei, podendo estabelecer parcerias com empresas provadas.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

Olimpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 02/2010 – Ver. Cido Silva
Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON

§ 1º - Os trabalhos dos componentes da Comissão, não serão remunerados a qualquer título, sendo considerados relevantes serviços prestados ao município.

§ 2º - No desempenho de suas funções, os componentes da Comissão poderão afastar-se de seus serviços na Secretaria para diligências e providências que se fizerem necessárias.

§ 3º - Os trabalhos da Comissão serão concluídos, em cada caso, com um relatório circunstanciado a ser encaminhado ao titular da Secretaria Municipal de Ação Social.

Artigo 7º - De posse do relatório conclusivo, o Secretário da Ação Social apontará a/s penalidade/s a ser/em aplicada/s, se for o caso, e encaminhará o processo ao departamento competente da Administração, para efetivação da/s medida/s punitiva/s.

Parágrafo único - De todo o processo caberá recurso ao Chefe do Executivo.

Artigo 8º - O Poder Executivo regulamentará por Decreto a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Artigo 9º - Eventuais despesas com a execução desta Lei serão cobertas por dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Ação Social.

Artigo 10 - Esta lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;

93º da Fundação e 55º da Emancipação Política.

Olimpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 08/2010 – Ver. Mariuza V. Chaves

Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON



ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.483, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre denominar a Avenida AGENOR ALVES DE SOUZA a atual Avenida Um dos bairros Jardim Dom Bosco, Vila Ipiranga e Ipiranga III (antigo Jardim Faten Merhi), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado de Avenida AGENOR ALVES DE SOUZA a atual Avenida Um dos bairros Jardim Dom Bosco, Vila Ipiranga e Ipiranga III (antigo Jardim Faten Merhi), município de Rondonópolis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

Olímpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 10/2010 – Ver. Reginaldo S. Santos
Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON



ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.484, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre autorizar a CODER (Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis) a custear despesas com funcionários que adquirir doenças nos exercícios de suas funções, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a CODER (Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis) a custear despesas nos seguintes termos:

Parágrafo 1º - Se a Secretaria Municipal de Saúde de Rondonópolis não tiver o especialista disponível, terá que custear todas as despesas como, clínica médica hospitalar, medicamentos e transporte para a locomoção do paciente.

Parágrafo 2º - Para a execução desta lei, dotação orçamentária se necessário.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

Olímpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 06/2010 – Ver. João Gomes
Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON



Câmara Municipal De Rondonópolis



Trabalho
Cidadani
Câmara Municipal de Rondonópolis
14 de setembro de 2010

LEI Nº. 6.485, de 14 de setembro de 2010.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTALAR NOS SEMÁFOROS SINAIS SONOROS QUE PERMITAM A FACILITAÇÃO DO TRÂNSITO AOS DEFICIENTES VISUAIS NAS PRINCIPAIS VIAS E ESTABELECIMENTOS NA CIDADE DE RONDONÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

Faz saber que a Câmara Municipal de Rondonópolis aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado em adotar as providências para implantação de sinais sonoros nos semáforos para que permitam facilitar o acesso as vias públicas e estabelecimentos públicos e privados, no âmbito do município de Rondonópolis.

Art. 2º - Compreende-se como estabelecimentos públicos e privados shopping's, farmácias, lojas, supermercados, escolas, faculdades, bibliotecas, terminais rodoviários e congêneres.

Art. 3º - Os deficientes visuais serão orientados, em todas as oportunidades para utilização do sinal sonoro, que assinalará o tempo necessário para a travessia.

Art. 4º - O executivo realizará uma campanha educativa, nas escolas públicas para massificar as informações a respeito do funcionamento de tais sinais sonoros, sobretudo no tempo de duração do sinal da travessia.

Parágrafo único: A referida campanha alcançará, necessariamente, motoristas e populares, no sentido de conscientizá-los a colaborar com os deficientes visuais na travessia, com segurança nas vias públicas e estabelecimentos.

Art. 5º - O órgão responsável, no caso a Secretaria Municipal de Transportes, Trânsito e Desenvolvimento Urbano, adotará todas as providências possíveis e cabíveis, para instalar e adequar os sinais sonoros nos semáforos das vias públicas

que dão acesso aos principais estabelecimentos públicos e privados, num prazo de 180 (cento e oitenta dias) no âmbito do município de Rondonópolis.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;

93º da Fundação e 55º da Emancipação Política.

Olímpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 20/2010 – Ver. Mariuza V. Chaves
Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.486, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre autorizar instituir a Semana Municipal da Alimentação Saudável nas Escolas das Redes Públicas e Privadas do Município de Rondonópolis, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Semana Municipal da alimentação saudável nas escolas das redes públicas e privadas do Município de Rondonópolis na última semana do mês de março, coincidindo com o dia 31 de março data em que se comemora o dia da Saúde e Nutrição.

Art. 2º - A semana de que trata esta lei, integrará no Calendário Oficial do Município de Rondonópolis.

Art. 3º São objetivos da Semana:

I - organizar palestras, seminários, campanhas educativas e congressos com a temática da alimentação escolas.

Parágrafo único - A comemoração da Semana Municipal da alimentação saudável nas escolas de redes públicas e privadas do Município de Rondonópolis envolverá o Poder Executivo Municipal, dentre este a Secretaria Municipal de Saúde e outras secretarias, a critério do chefe do Poder Executivo, o Poder Legislativo Municipal e Conselhos Municipal encarregados da questões relacionadas a Alimentação Escolar.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

Olímpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 15/2010 - Ver. Mariuva



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.487, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Institui a Semana de Conscientização do Planejamento Familiar e da Prevenção das doenças Sexualmente transmissíveis - DST/AIDS no município de Rondonópolis e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - É instituída e incluída no Calendário de Eventos Oficiais do município de Rondonópolis, a Semana de Conscientização do Planejamento Familiar e da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis - DST/AIDS, a ser realizada anualmente, no mês de outubro.

Art. 2º - A Semana de Conscientização tem a finalidade de formar e informar pessoas sobre a disponibilidade dos métodos contraceptivos cientificamente aceitos disponíveis gratuitamente em postos de saúde do Município, bem como a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis - DST/AIDS no município.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

Olímpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 10/2009 - Ver. Mariuva
Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON



Câmara Municipal De Rondonópolis



Trabalho e
Cidadania
Câmara Municipal de Rondonópolis
Unidade 710 - 7102

LEI Nº. 6.488, de 14 de setembro de 2010.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ENCAMINHAR MÉDICOS AOS CLUBES DA 3ª IDADE E LARES DE IDOSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, NA QUALIDADE DE 1º VICE-PRESIDENTE E NOS TERMOS DO § 8º - ART. 59 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal da Saúde e da Secretaria Municipal de Ação Social, a encaminhar aos Lares de Idosos e Grupos de 3ª Idade do Município, Médico Geriatra, Gerontologista e Psicólogo, para realização de consultas e avaliações de saúde física e de aspectos emocionais dos idosos.

I - Os profissionais da área da saúde física, mental e emocional, vinculados na administração municipal, realizarão os atendimentos nos locais de reunião dos grupos de 3ª Idade e nos lares de idosos.

II - Não será requisito obrigatório aos grupos da 3ª idade, para terem direito ao atendimento dos profissionais da saúde, possuir personalidade jurídica legalmente constituída. Será requisito obrigatório, um número mínimo de participantes, local de encontro definido e calendário de reuniões pré-agendados.

III - Será requisito obrigatório ao lar de idosos, para ter direito ao atendimento dos profissionais da saúde, possuir personalidade jurídica legalmente constituída, de caráter filantrópico, com fins não econômicos, que atenda as normas, resoluções, leis federais e estaduais que defendem os direitos da pessoa idosa, bem como demais leis e decretos municipais que regulamentam o funcionamento desses lares.

Art. 2º Fica à cargo da administração municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Ação Social, o controle dos dias e horários de trabalho dos profissionais designados para o cumprimento das ações e serviços nos lares de idosos e grupos de 3ª Idade, conforme determina a Lei Orgânica do Município de Rondonópolis.

Art. 3º Na ocasião da realização das consultas e avaliações do estado de saúde física, mental e emocional do idoso, o médico, se solicitado for e julgar conveniente, pode aviar receitas de remédios, em formulário próprio do SUS - Sistema Único de Saúde, para que o idoso possa retirar os medicamentos na Farmácia Municipal, na farmácia popular ou na rede de farmácias privadas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
93º da Fundação e 55º da Emancipação Política.

Olímpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 10/2010 - Ver. Mariuva V. Chaves
Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON



Câmara Municipal De Rondonópolis

Trabalho
Cidadani
CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
Rondonópolis - MT - 76200-000

LEI Nº. 6.489, de 14 de setembro de 2010.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O PROJETO "CASA ABRIGO", NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**O Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...****Faz saber que a Câmara Municipal de Rondonópolis aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte lei:****Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, no âmbito do Município de Rondonópolis, o Projeto "Casa Abrigo", destinado a acolher mulheres vítimas da violência ou cuja integridade física corra riscos de qualquer natureza.**Artigo 2º** - Na implantação do Projeto Casa Abrigo, será garantida a infra-estrutura destinada a acolher também os filhos menores de idade e os maiores de idade portadores de necessidades especiais, que dependam da genitora para sua sobrevivência.**Artigo 3º** - Para ser atendida, a mulher deverá ter sido encaminhada por uma Delegacia de Defesa da Mulher, pelo Poder Judiciário ou Conselhos de Defesa formalmente constituídos, com apresentação de BO.**Artigo 4º** - As mulheres acolhidas na Casa Abrigo deverão dispor dos serviços e infra-estrutura necessários para sua reintegração social, no prazo de 90 (noventa) dias após o seu ingresso.**§1º** - o prazo de permanência na Casa Abrigo poderá ser ampliado de acordo com a necessidade de cada caso.**§2º** - As mulheres abrigadas em segurança e assistidas deverão ter a responsabilidade da ordem e do zelo pela casa, da higiene de suas roupas e pertences e da alimentação.**Artigo 5º** - Ficará o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com projetos correlatos em nível municipal e federal.**Artigo 6º** - O Projeto "Casa Abrigo" deverá também contar com as parcerias e infra-estrutura necessários para garantir à mulher assistida, gratuitamente, os seguintes serviços e/ou atividades, entre outros:

- I - assistência médica e odontológica;
- II - assistência psicossocial;
- III - assistência jurídica gratuita;
- IV - cadastramento para procura de emprego;
- V - capacitação profissional;
- VI - atividades laborais, educativas e culturais, que possibilitem a reintegração familiar e social;
- VII - triagem e acompanhamento por meio das Delegacias de Defesa da Mulher
- VIII - encontros grupais e acompanhamento individual, oficinas, atividades culturais e terapêuticas que possam contribuir para a reflexão sobre a violência, a importância e valorização do próprio corpo, buscando resgatar a auto-estima e a auto-confiança da mulher;
- IX - integração com organizações da sociedade, de orientação sócio-familiar, como forma de ampliar as ações educativas e propiciar o acompanhamento das famílias na própria comunidade.

Artigo 7º - O Projeto 'Casa Abrigo' deverá prestar assistência social e educacional aos filhos das vítimas, bem como propiciar, por meio das parcerias que vierem a ser firmadas, atividades esportivas e recreativas.**Artigo 8º** - O Projeto 'Casa Abrigo' deverá ser administrado por um Conselho Diretivo, ficando garantida a representação da sociedade civil, por meio dos movimentos de mulheres que vierem a prestar apoio à Casa.**Artigo 9º** - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da sua publicação.**Artigo 10** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;

93ª da Fundação e 55ª da Emancipação Política.

Olimpio Alvis

1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho

1º Secretário

PL nº19/2010 - Ver. Mariuza V. Chaves

Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDONESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.490, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre o plantio das plantas Citronela "Cymbopogon winterianus", Crotalária e entre outras em Rondonópolis, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Para efeitos desta Lei considera-se como bem de interesse comum a todos os municípios o plantio das plantas Citronela "Cymbopogon winterianus", Crotalária e entre outras, que contribuam com o combate a insetos transmissores de doenças.**Art. 2º** - Caberá a Secretaria Municipal de Meio Ambiente disponibilizar mudas da planta Citronela aos municípios.**Parágrafo único** - Serão distribuídas mudas da planta Citronela, Crotalária e entre outras nos eventos e datas comemorativas, constataadas no calendário oficial do município de Rondonópolis.**Art. 3º** - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente deverá realizar campanha esclarecedora sobre as disposições desta lei, de modo a divulgar os benefícios decorrentes da Citronela, Crotalária e entre outras.**Art. 4º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.**Art. 5º** - Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94ª da Fundação e 56ª da Emancipação Política.*Olimpio Alvis*

1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho

1º Secretário

PL nº 09/2010 - Ver. Reginaldo



ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.491, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo a instituir, no âmbito do município de Rondonópolis, o DIA MUNICIPAL DE COMBATE À HANSENÍASE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, no âmbito do município de Rondonópolis, o DIA MUNICIPAL DE COMBATE À HANSENÍASE, que se comemora anualmente no dia 31 de janeiro.

Art. 2º - Nessa data serão desenvolvidas atividades pela Secretaria Municipal de Saúde, visando esclarecer a população sobre a prevenção e o combate à doença, mediante distribuição de folhetos educativos, palestras e outros meios de divulgação.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do município.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

Olímpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 14/2010 – Ver. Mariuva

Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON



Câmara Municipal De Rondonópolis



Trabalho
Cidadani
CONSTITUINDO O PARADIGMA
CIVIL DA CIDADANIA

LEI Nº. 6.492, de 14 de setembro de 2010.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS, O PROGRAMA MUNICIPAL DE COMBATE E PREVENÇÃO À DENGUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

Faz saber que a Câmara Municipal de Rondonópolis aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, no Município de Rondonópolis, o Programa Municipal de Combate e Prevenção à Dengue, a ser coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - A Secretaria Municipal da Saúde manterá serviço permanente de esclarecimentos sobre as formas de prevenção à dengue, inclusive disponibilizando linhas telefônicas para essa finalidade.

Art. 3º - Aos municípios e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acúmulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação dos vetores causadores da dengue, ou seja, "aedes aegypti" e "aedes albopictus".

Art. 4º - Ficam os responsáveis por borracharias, empresas de recauchutagem, desmanches, depósitos de veículos e outros estabelecimentos afins obrigados a adotar medidas que visem a evitar a existência de criadouros dos vetores citados no artigo 3º desta lei.

Art. 5º - Ficam os responsáveis por cemitérios obrigados a exercer rigorosa fiscalização em suas áreas, determinando a imediata retirada de quaisquer vasos ou recipientes que contenham ou retenham água em seu interior, permitindo o uso, apenas, daqueles que contenham terra.

Art. 6º - Ficam os responsáveis por obras de construção civil e por terrenos obrigados a adotar medidas tendentes à drenagem permanente de coleções

líquidas, originadas ou não por chuvas, bem como à limpeza das áreas sob sua responsabilidade, providenciando o descarte de materiais inservíveis que possam acumular água.

Art. 7º - Ficam os responsáveis por imóveis dotados de piscinas obrigados a manter tratamento adequado da água de forma a não permitir a instalação ou proliferação de mosquitos.

Art. 8º - Nas residências, nos estabelecimentos comerciais, em instituições públicas e privadas, bem como em terrenos, nos quais existam caixas d'água, ficam os responsáveis obrigados a mantê-las permanentemente tampadas, com vedação segura, impeditiva da proliferação de mosquitos.

Art. 9º - Os estabelecimentos que comercializem produtos armazenados em embalagens descartáveis ficam obrigados a instalar, nos próprios estabelecimentos, em local de fácil visualização e adequadamente sinalizado, "containers" para recebimento das embalagens.

§ 1º - As embalagens descartáveis armazenadas deverão ser encaminhadas, pelos estabelecimentos comerciais, a entidades públicas ou privadas, cooperativas e associações que recolham materiais recicláveis.

§ 2º - Os estabelecimentos referidos no "caput" deste artigo terão o prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação desta lei, para se adaptarem à norma ora instituída.

§ 3º - Em caso de descumprimento do disposto no artigo 10 desta lei, os estabelecimentos comerciais ali mencionados estarão sujeitos:

a. à notificação prévia para regularização, no prazo de 10 (dez) dias;

b. não regularizada a situação no prazo assinalado, à aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), corrigida nos termos da legislação municipal pertinente;

c. persistindo a infração no prazo de 30 (trinta) dias contados da autuação mencionada na alínea anterior, à aplicação da multa em dobro e fechamento administrativo por 1 (um) dia.

Art. 10 - O Poder Executivo Municipal promoverá ações de polícia administrativa, visando a impedir hábitos e práticas que exponham a população ao risco de contrair doenças relacionadas ao "aedes aegypti" e ao "aedes albopictus".

Art. 11 - As infrações às disposições constantes desta lei classifica m-se em:

- I. leves, quando detectada a existência de 1 (um) a 2 (dois) focos de vetores;
- II. médias, de 3 (três) a 4 (quatro) focos;
- III. graves, de 5 (cinco) a 6 (seis) focos;
- IV. gravíssimas, de 7 (sete) ou mais focos.

Art. 12 - As infrações previstas no artigo anterior estarão sujeitas à imposição das seguintes multas, corrigidas nos termos da legislação municipal pertinente:

- I. para as infrações leves: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais);
- II. para as infrações médias: R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais);
- III. para as infrações graves: R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais);
- IV. para as infrações gravíssimas: R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais).

§ 1º - Previamente à aplicação das multas estabelecidas neste artigo, o infrator será notificado para regularizar a situação no prazo de 10 (dez) dias, findo o qual estará sujeito à imposição dessas penalidades.

§ 2º - Na reincidência, as multas serão sempre cobradas em dobro.

Art. 13 - A competência para a fiscalização das disposições desta lei e para a aplicação das penalidades nela previstas caberá à Secretaria Municipal da Saúde, na forma a ser disciplinada em decreto regulamentador.

Art. 14 - A arrecadação proveniente das multas referidas no artigo 13 desta lei será destinada, integralmente, ao Fundo Municipal da Saúde do Município.

Art. 15 - O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 16 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 17 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;

93ª da Fundação e 55ª da Emancipação Política.

Olimpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº13/2010 – Ver. Mariuza V. Chaves

Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON



ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.493, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

"Dispõe sobre a afixação nas academias de ginástica, nos centros esportivos e estabelecimentos comerciais de nutrição esportiva e produtos correlatos à atividade física, de carta com advertência sobre as consequências do uso de anabolizantes."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam as academias de ginástica, os centros esportivos e estabelecimentos comerciais de "nutrição esportiva" e produtos correlatos à atividade física em funcionamento no Município de Rondonópolis obrigados a fixarem em local visível de suas dependências, cartazes contendo advertência sobre as consequências do uso de anabolizantes, com a seguinte redação: "O uso de anabolizantes causa danos irreversíveis à saúde e dependência química".

Art. 2º. Nas campanhas de combate ao uso de drogas deve ser incluída a divulgação sobre os prejuízos à saúde que o uso de anabolizantes podem causar.

Art. 3º. O não cumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

I - multa expressa em moeda corrente nacional, e corresponderá:

II - a R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais);

III - recomendação para suspensão de alvará de funcionamento ou interdição provisória de atividade.

Parágrafo único. A atualização monetária da multa dar-se-á com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha ser instituído pelo Governo Federal.

Art. 4º. O autuado terá direito a ampla defesa, em processo administrativo, conforme regulamentações específicas, num prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento do auto de infração, endereçado ao Secretário Municipal da Saúde.

Art. 5º. No caso de decisão condenatória, o autuado terá direito a recorrer da decisão, em forma de processo administrativo, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da ciência da condenação, encaminhado ao Conselho Municipal da Saúde.

Art. 6º. Os recursos interpostos das decisões não definitivas terão efeito suspensivo relativo ao pagamento da penalidade, sem prejuízo da aplicação de novas autuações por reincidência ou continuidade do dano.

Art. 7º. Exauridos os recursos administrativos, o infrator terá prazo de 10 (dez) dias para efetuar o recolhimento do valor da multa, sob pena da inscrição em dívida ativa.

Art. 8º. As multas previstas nesta lei podem ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade saúde competente, obrigá-lo a adoção imediata de medidas específicas para cumprir esta lei.

Parágrafo único. Cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelo infrator, a multa pode ter uma redução de até 90% (noventa por cento) do valor original.

Art. 9º. Na aplicação das normas estabelecidas por esta lei, compete à Secretaria Municipal da Saúde:

I - Exercer o poder de controle e fiscalização no cumprimento desta lei;

II - Aplicar as sanções previstas na legislação vigente;

III - Organizar programas de educação e conscientização.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação sendo revogadas as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94ª da Fundação e 56ª da Emancipação Política.

Olimpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 09/2010 – Ver. João Gomes

Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON



ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.494, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Torna obrigatório a disponibilizar Agentes de Trânsitos em frente aos estabelecimentos de ensino localizados nas vias maior fluxos de veículos de Rondonópolis e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A Secretaria Municipal de Trânsito, Transportes e Desenvolvimento Urbano (STRAT), ficam obrigados a colocar cones de sinalização em frente aos estabelecimentos de ensino, localizados nas vias de maior fluxo de veículos.

Parágrafo Único - Para efeitos desta Lei, entendem - se como estabelecimentos de ensino, as escolas, creches, universidades e faculdades públicas e privadas.

Art. 2º - Além dos cones, a Secretaria Municipal de Trânsito, Transportes e Desenvolvimento Urbano (SETRAT), deverá destacar Agentes Municipais de Trânsito para ordenar o fluxo de veículos nos horários de entrada e saída de aula dos estabelecimentos de ensino localizados nas vias de maior fluxo de veículos.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94ª da Fundação e 56ª da Emancipação Política.

Olimpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 10/2010 – Ver. João Gomes

Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.495, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre criar Pioneiro na Escola da Rede Municipal de Ensino de Rondonópolis, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Secretaria Municipal de Ensino obrigada a criar um **calendário anual** com os nomes de todos os Pioneiros de Rondonópolis para cada semana um fazer palestra nas escolas municipais sobre seu tempo de vida na cidade.

Art. 2º - Todas as palestras serão gravadas em vídeo para serem arquivada no Museu Rosa Bororo.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

Olimpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 08/2010 – Vlr. João Gomes

Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.496, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Que dispõe sobre a criação do **Distrito da Região Salmem** e dá providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o **Distrito da Região Salmem**, conforme estabelece o inciso XX do artigo 17 da Constituição Municipal.

Art. 2º - Distrito da Região Salmem, conforme Mapa em anexo, abrangerá a seguinte área: início na confluência entre o Ribeirão Arareau e Rio Vermelho (margem direita), defletindo em linha reta até a Avenida Dom Wunibaldo, seguido pela Rua 15 de Novembro até o trevo da Avenida presidente Médice, virando a esquerda (canteiro central) até a Av. Ari Coelho, dobrando à direita e seguindo em linha reta (canteiro central) pela avenida Ari Coelho até a Rua Fernando Correia da Costa, daí subindo até a BR 364, seguindo pela referida BR até a Vila Rica, Residencial Antônio Geraldine, dobrando a direita a abraçando - a por fora e retornando a BR - 364, seguindo por tal BR até a entrada a esquerda para a Gleba Rio Vermelho (praia clube) indo até o córrego escondidinho, de lá seguindo pela margem esquerda até a confluência com o Rio Vermelho, pulando para margem direita do rio vermelho indo a confluência do córrego esparramo até a localidade conhecida por lago azul, de lá defletindo em linha reta cruzando a BR 163 indo até o Córrego Lourencinho, seguindo pela margem direita do Córrego Lourencinho até a desembocadura com o Rio Vermelho, defletindo em linha reta chegando ao marco inicial que é confluência do Rio Vermelho com o Ribeirão Arareau (margem direita) e demais bairros que vierem a ser construídos dentro desta área.

Art. 3º - Será instituído um Conselho Distrital de representantes da população, eleitos pela comunidade que participará do planejamento, execução, fiscalização e controle de serviços e atividades do Poder Executivo, no âmbito do Distrito, assegurando-lhe pleno acesso a todas as informações que necessitar.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

Olimpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 03/2010 – Ver. Adonias Fernandes

Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON

Edital



ESTADO DE MATO GROSSO
Câmara Municipal de Rondonópolis
CONCURSO PÚBLICO 001/2010
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005/2010

O Presidente da Comissão Fiscalizadora do Concurso Público da Câmara Municipal de Rondonópolis – MT, nos termos dos itens 9.9 e 9.10 do Edital nº. 001/2010, visando atender ao princípio da publicidade;

RESOLVE:

I – Tornar público aos interessados, o resultado dos recursos administrativos apresentados pelos candidatos com relação aos gabaritos das provas objetivas, conforme se segue:

NÍVEL MÉDIO

Cargos	Número da Questão	Resultado do Julgamento
Agente Administrativo	19	Procedente. Retificado o gabarito para letra "B"
	28 e 39	Procedente. Questões anuladas
Motorista	12 e 30	Improcedente. Mantidas as questões

FUNDAMENTAL COMPLETO

Cargos	Número da Questão	Resultado do Julgamento
Auxiliar Administrativo	10	Procedente. Questão anulada
Auxiliar de Serviços Gerais	04	Improcedente. Mantidas as questões
Auxiliar Administrativo	20	
Auxiliar de Serviços Gerais	20	
Agente de Vigilância	12, 21 e 22	Improcedente. Mantidas as questões
Auxiliar Administrativo	22	

II – Comunicar que, de acordo com as normas estabelecidas no edital, não mais será concedido recursos para esta etapa do concurso público;
III – Divulgar os gabaritos retificados em decorrência do provimento de recursos administrativos, conforme anexo único deste edital;
IV – Informar aos candidatos que protocolizaram recursos, que as respostas aos respectivos requerimentos encontra-se em poder da Comissão Fiscalizadora do Concurso Público;
V – Comunicar que os referidos gabaritos se encontram à disposição dos interessados no Quadro de Avisos na Sede da Câmara Municipal de Rondonópolis e nos sites www.acpi.inf.br e www.camara.rondonopolis.mt.gov.br

Rondonópolis – MT, em 30 de setembro de 2010.

Jaime Cícero A. Ferreira
Presidente da Comissão Fiscalizadora do Concurso Público 001/2010



ESTADO DE MATO GROSSO
Câmara Municipal de Rondonópolis
CONCURSO PÚBLICO 001/2010



GABARITO RETIFICADO

NÍVEL MÉDIO

AGENTE ADMINISTRATIVO																			
PROVA I – LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA										PROVA II – CONHEC. GERAIS E NOÇÕES DE INFORMÁTICA									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	D	A	B	D	A	C	B	B	B	D	A	A	C	B	D	A	B	A
PROVA III – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	B	A	B	A	C	D	A	A	B	B	D	A	A	B	B	A	A	A	B

MOTORISTA																			
PROVA I – LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA										PROVA II – CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	D	A	B	D	A	C	B	B	B	A	C	A	B	A	D	D	A	C
PROVA III – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	D	C	B	C	A	D	NULA	B	A	A	B	C	C	B	A	B	A	NULA	A

FUNDAMENTAL COMPLETO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO																			
PROVA I – LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA										PROVA II – CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	B	A	D	B	C	NULA	D	NULA	D	A	C	B	C	D	A	A	D	D
PROVA III – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
A	B	C	A	D	B	C	C	A	B										

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS																			
PROVA I – LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA										PROVA II – CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	B	A	D	B	C	NULA	D	NULA	D	A	C	B	C	D	A	A	D	D
PROVA III – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
C	D	C	A	C	A	C	D	A	B										

AGENTE DE VIGILÂNCIA																			
PROVA I – LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA										PROVA II – CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	B	A	D	B	C	NULA	D	NULA	D	A	C	B	C	D	A	A	D	D
PROVA III – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
D	B	A	C	D	B	C	D	A	D										

Em
branco

Sispmur

RESUMO DO EDITAL PARA AS ELEIÇÕES DO SISPMUR

A Presidente da Comissão Eleitoral para eleição do SISPMUR - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rondonópolis/MT, designada pela Portaria nº 01/2010 do SISPMUR, de 27 de Setembro de 2010, de acordo com a Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de Setembro de 2010, no uso de suas atribuições legais, faz saber :

Convoca os Servidores Públicos Municipais, que estejam filiados ao SISPMUR, até 01/10/2010, para participar da Eleição a realizar-se-á no dia 01 de Dezembro de 2010, das 8:00 às 17:00, para escolher a chapa que comporá a direção do SISPMUR para o triênio 2011-2013.

O período para inscrições das chapas que disputarão a Direção do SISPMUR será de 1º a 29 de Outubro de 2010, das 14:00 às 17:00 e no dia 30 de Outubro de 2010, das 8:00 às 11:00, na sede do SISPMUR.

Os representantes de chapa interessados em efetivar a inscrição, deverão dirigir-se à secretaria desta Comissão Eleitoral, na sede do SISPMUR, situada à Av. Cuiabá nº 1841, centro, munidos dos seguintes documentos:

- Requerimento de Inscrição, conforme modelo especificado no edital, devidamente preenchido e assinado pelo representante e membros da chapa;
- Cópia de documento de identificação com foto dos membros vinculados à chapa;
- Ficha Financeira de 2009 e 2010 emitida pelo RH do órgão de lotação dos membros da chapa, para comprovação da filiação ao sindicato.

A Comissão atenderá os interessados, para prestar informações concernentes ao processo eleitoral pelos telefones (66) 8432-2562, 9611-0800. 9202-6016. 9986-1763.

As normas relativas à realização do presente processo eleitoral estão regulamentadas pelo Edital nº 001/2010 desta Comissão, fixado na sede do sindicato, prefeitura e autarquias e pelo Estatuto Social do SISPMUR.

RONDONÓPOLIS-MT, 29 DE SETEMBRO DE 2010.

Lindinalva Alves da Silva
 PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL